

# Bancos do Japão estão cautelosos

por Stefan Wagstyl  
do Financial Times

Os bancos japoneses afirmam que sua participação em novos empréstimos ao Terceiro Mundo, depois do anúncio do novo plano norte-americano para a dívida internacional na semana passada, dependerá das condições a serem ainda estabelecidas em conversações minuciosas entre os bancos e os governos, nos países credores e devedores, e também o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BIRD).

Em particular, os bancos esperam que o plano sobre a dívida convença as autoridades de Tóquio a abrandar as normas sobre a contabilidade da dívida do Terceiro Mundo, mais rigorosas no Japão do que em qualquer outra parte. Os bancos depositam sua

maior esperança no apoio entusiasta do governo japonês à iniciativa do secretário do Tesouro norte-americano, Nicholas Brady. Os bancos acreditam que o interesse do Japão em exercer um papel mais importante nos assuntos mundiais poderá tentar o governo a relaxar as restritivas normas internas que regulamentam a atividade bancária.

Os banqueiros enfatizam que um dos elementos-chave do plano de Brady é um pedido de mudanças nas normas fiscais, contábeis e bancárias, se isto for necessário.

Depois dos bancos norte-americanos, os bancos japoneses são os que têm o maior volume de empréstimos ainda não pagos feitos a países do Terceiro Mundo, no valor de aproximadamente US\$ 80 bilhões.

Mas as normas que regulam os empréstimos a países problemáticos são muito mais rígidas do que nos Estados Unidos e na Europa. Por exemplo, os bancos podem fazer provisões de apenas 15% dos empréstimos a países do Terceiro Mundo. Esta percentagem, que antes era de 10, foi aumentada para 15 em janeiro deste ano, mas ainda está muito abaixo dos 2% a 50, que é o nível de provisões permitidas nos Estados Unidos e na Europa.

Além disso, somente 1% destas provisões pode ser deduzido do imposto de renda. O Ministério das Finanças dificulta também a adoção, por parte dos bancos japoneses, de formas inovadoras de cancelamentos ou reduções da dívida usadas em outros países, como, por exemplo, as con-

versões de dívida por capital. Os bancos japoneses estabeleceram no exterior uma companhia de faturização, à qual vendem suas dívidas com desconto, mas o Ministério aprova tais vendas caso por caso e até agora só permitiu que os bancos vendessem empréstimos mexicanos e brasileiros.

Contudo, os bancos japoneses admitem que poderá ser difícil persuadir o Ministério a suavizar as normas fiscais para que os bancos possam pagar menos impostos. Embora o departamento de finanças internacionais do Ministério seja favorável ao abrandamento das normas, a poderosa administração nacional dos impostos não apóia isso. Mas poderá haver espaço para se interpretar de maneira favorável as normas atuais.